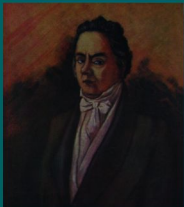


# “ERAS UM POUSO OUTRORA”



Retrato do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro  
e POPULAZ, Tatuá. O senador Vergueiro: sua vida e sua época (1778-1858).  
Volume 1. Officinas do Diário Oficial, 1934.



Área da sede da Fazenda São João, fundada por volta de 1800.  
Foto de século XIX.  
Arquivo Paulo Manoel Lery

Acredita-se que a origem da cidade de Limeira esteja relacionada às incursões dos bandeirantes nos séculos XVII e XVIII, em especial às caravanas que iam de São Paulo às minas de Goiás. Como as distâncias eram longas e a locomoção era realizada por meio de animais, era frequente a abertura de clareiras no meio das matas, chamados de pousos ou ranchos. Entre esses locais de roça, estava o Rancho do Morro Azul, localizado no sertão do Tatuíbi (tatu pequeno, no tupi-guarani), junto ao Ribeirão Tatu: um local com terras férteis e água, além de servir também de ponto de referência, uma vez que o morro ali localizado podia ser avistado de grandes distâncias.

No final do século XVIII e início do século XIX, a região do Tatuíbi recebeu também posseiros vindos de povoados da região. Estes tinham a ideia de ali se fixarem e, com os processos de doação de sesmarias pelo governo português como forma de legalizar as posses das terras e a cobrança de impostos, esses espaços começaram a receber proprietários legalizados. Entre os sesmeiros da região, os quais constituíram várias fazendas importantes, estavam o Capitão Luiz Manoel da Cunha Bastos (1788-1835), Bento Manoel de Barros (1791-1873), José Ferraz de Campos (1782-1869), Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859) e o Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão (1778-1827), grupo que deu início, por volta de 1815, à cultura da cana-de-açúcar para comercialização.

A grande dificuldade era encontrar meios para escoar a produção e, no ano de 1823, por intervenção do Senador Vergueiro e com a autorização do governo provincial, procedeu-se à abertura de uma estrada, que ligava o Morro Azul a Campinas. Junto a ela, foram construídas estalagens para os tropeiros, casas e vendas. Tudo, porém, ocorreu nas terras de Luiz Manoel da Cunha Bastos, Capitão da 8ª Companhia das Ordenanças de São Paulo, que, frente a isso, doou 112,5

alqueires de sua posse para que fosse formado um povoado, em 1826. Nesta gleba, foi edificada, no mesmo ano, uma capela dedicada a Nossa Senhora das Dores do Tatuíbi, ato que passaria a ser considerado como o grande marco de fundação de Limeira. Em 9 de dezembro de 1830, o povoado foi elevado pelo Conselho Geral da Província de São Paulo, e com sanção imperial de Dom Pedro I, à categoria de distrito da Vila Nova da Constituição (atual Praciçaba), com o nome de Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Tatuíbi.

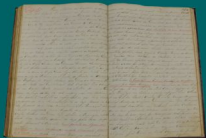
Contudo, a oficialização da doação das terras por Cunha Bastos ocorreu apenas em 26 de fevereiro de 1832, quando o Senador Vergueiro reuniu, no Engenho do Ibicaba, o então doador, o escrivão de paz Paulo José Pinto, e duas testemunhas, o senhor de engenho e inspetor de estradas Domingos José Lopes Rodrigues e o Capitão Estevão Cardozo de Negreiros para lavrar sua escritura. Com isso, Nossa Senhora das Dores passava a ser legalmente a proprietária de tal patrimônio de terras. Ao mesmo tempo, foi criada a Sociedade do Bem Comum, cujo Mordomo era o próprio Senador Vergueiro e que tinha como objetivo gerir as terras doadas em prol da dita capela. Tal Sociedade teria existido até o início da década de 1840, quando a Freguesia foi elevada à Vila em 1842, e quando da formação e instalação da Câmara Municipal em 1844.



Sede do Engenho do Tatu de propriedade do Capitão Luiz Manoel da Cunha Bastos.  
Data: década de 1830.  
Barro do Tatu, Limeira, SP.  
Foto de Ana Cláudia Carrara, 2012.



Interior da sede do Engenho do Tatu de propriedade do Capitão Luiz Manoel da Cunha Bastos.  
Data: década de 1830.  
Barro do Tatu, Limeira, SP.  
Foto de Ana Cláudia Carrara, 2012.



Cópia autêntica do "Estatuto de doação" que o Capitão Luiz Manoel da Cunha Bastos fez à Nossa Senhora das Dores de Limeira", feita por João Xavier de Lima Aguiar em 1837.  
Livro de Offício e Atas da Câmara Municipal de Limeira (1844-1955).  
Arquivo da Câmara Municipal de Limeira.



Reconstituição do Largo de Matão de Nossa Senhora das Dores do Tatuíbi nos anos 1840.  
Adaptação do desenho de Matheus Fossati, 2010.

# OS ANOS INICIAIS E A PRIMEIRA IMAGEM DE LIMEIRA

Em 29 de janeiro de 1842, através da iniciativa popular e do apoio do Senador Vergueiro, foi apresentado, na Assembleia Provincial de São Paulo, o pedido de elevação da Freguesia de Limeira à categoria de Vila. Após análise favorável de uma

comissão, promulgou-se uma lei oficializando este ato, sancionado pelo Presidente da Província, José da Costa Carvalho (1796-1860), em 8 de março do mesmo ano. Subordinada à Vila de Limeira estavam as freguesias de São João do Rio Claro e de Pirassununga.

Contudo, vale lembrar que em 1842 ocorreu um levante dos liberais das províncias de São Paulo e Minas Gerais. A querela era contra a anulação das eleições de 1840 por parte do Governo Imperial, e que os tinha colocado em maioria no poder (conhecidas como Eleições do Cacete).

Este movimento promoveu dificuldades de ordem política e administrativa, como demora nas aprovações de projetos, incluindo a expedição da portaria de autorização que instalaria, de fato, a Vila de Limeira e sua Câmara Municipal. Tal ato ocorreria, portanto, somente em 4 de maio de 1844.

Neste período, o agrupamento urbano oitocentista limeirense tinha cerca de 100 casas, como mostra um pequeno desenho, feito a lápis, datado de 1839, de autoria de Hercules Florence (1804-1879). O francês, considerado o pai da iconografia paulista, chegou ao Rio de Janeiro em 1824 aos 20 anos. Dall partiu, no ano seguinte, como desenhista de uma expedição pelo interior do país, liderada por Georg Heinrich von Langsdorff (1774-

1852), diplomata e cônsul-geral da Rússia no Brasil, o Barão de Langsdorff.

Ao fim da expedição, voltou para o Rio de Janeiro, radicando-se, em 1830, na então Vila de São Carlos, atual cidade paulista de Campinas. Ali, Hercules Florence dividiu seu tempo entre o comércio, suas experiências e as viagens que realizava para vilas e cidades próximas, registrando as paisagens da região por onde passava. Seu legado é vasto e sua produção de grande importância para o Brasil dos oitocentos, uma vez que suas obras são registros únicos do desenvolvimento da Província de São Paulo no século XIX.

Entre as viagens do francês, está documentada, por meio de desenhos, sua vinda a Limeira nos anos de 1830, 1839 e 1850, sendo especial a passagem pelo Engenho do Ibicaba. Na primeira vinda, o artista francês fez aquele que é considerado o primeiro registro do povoado que, em 1839, já tinha sido alçado à categoria de freguesia.

Na imagem, um desenho a lápis, Florence retratou a primitiva capela de Nossa Senhora das Dores e o projeto urbanístico inicial definido pela Sociedade do Bem Comum. A capela com torre única lateral, muito simples, domina a paisagem e divide o aglomerado de pequenas casas com quadras definidas em torno de 1600 braças (7744m<sup>2</sup>), quarteirões de 40 braças (88m) e ruas de 60 palmos (13,2m) de largura. Em relação à localização da atual catedral diocesana de Nossa Senhora das Dores, hoje em sua terceira construção, é provável que a modesta capela facesse a Rua Barão de Campinas (antiga Travessa da Matriz) sendo o adro frontal que aparece no desenho de Florence a área da atual Praça Dr. Luciano Esteves. Nas laterais da capela, já se observam as aberturas da Rua de Limeira (à direita, atual Alferes Franco) e Rua Santa Cruz.

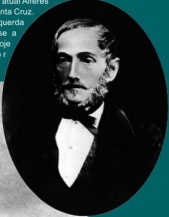
Já na porção esquerda da imagem, vê-se a Rua das Flores, hoje Rua Senador Vergueiro.



Rio São-Mateus/Ilustr. Suiza 1907 - Bonafant 1902  
Reconstituição de 1842 em São Paulo  
Arquivo Parlatore



Hercules Florence (Nas. França 1804 - Campinas 1879)  
Vista de vilão chamado Ribeirão  
1839  
Aquarela e nanquim sobre papel  
Coleção Cyrlle Hercules Florence



Retrato de Hercules Florence com  
idade de 70 anos  
c. 1874-75  
Fotografado e identificado  
Photographia Alberti, São Paulo



Hercules Florence (Nas. França 1804 -  
Campinas 1879)  
Povoado de Nossa Senhora das  
Dores do Taquari  
1839  
Cópia sobre papel  
Coleção Cyrlle Hercules Florence

# AS CÂMARAS MUNICIPAIS NA HISTÓRIA DO BRASIL

Dentro da realidade das vilas recém fundadas no Brasil, as Câmaras Municipais desempenharam importante papel, constituindo-se como o primeiro poder político instituído. A origem desta instituição, contudo, é mais antiga, remetendo-se à figura do edil da Roma antiga. Este funcionário de caráter local tinha diversas obrigações, como a preservação da cidade e do bom funcionamento dos edifícios públicos, privados e dos templos religiosos, da jurisdição civil, do abastecimento de água e do tráfego.

Com o processo de expansão do Império Romano, estas formas de organização política foram também disseminadas por grande parte do território europeu, como foi o caso da Península Ibérica, cuja colonização iniciou-se por volta do ano 210 a.C. Solidificando-se em território português, deram origem às formas de cooptação local, na forma de Conselhos de Vereações, ou Câmaras, mecanismos de defesa e representação dos grupos locais. Tais formas de administração política foram também introduzidas nas possessões coloniais de além-mar, como foi o caso do Brasil.

Em terras brasileiras, de modo geral, as Câmaras Municipais representavam a necessidade que a coroa portuguesa, tinha de, por meio de seu governador-geral, organizar e controlar as vilas e cidades, ainda no período colonial. Eram elementos chaves na administração, já que era muito difícil o controle de todas as atividades por parte da metrópole lusa. Por outro lado, devem-se pensar tais instituições como verdadeiros esteios sob os quais foram formadas as bases econômicas, sociais e políticas brasileiras,

já que eram ali que as queixas e anseios do povo transitavam. No início, as Câmaras eram compostas por três ou quatro vereadores que, na época, eram conhecidos por "homens bons", ou seja, integrantes da elite colonial formada por homens ricos e influentes (sobretudo os grandes proprietários de terras), um procurador, um escrivão, um tesoureiro, além de alguns oficiais de câmara, nomeados conforme as necessidades. Os judeus, escravos, mulheres, estrangeiros e degredados estavam excluídos da lista de possíveis candidatos ao cargo de vereador.

A primeira Câmara Municipal brasileira foi fundada em 1532, em São Vicente, São Paulo. Para que uma localidade possuísse uma Casa Legislativa era necessária a sua elevação à categoria de Vila, como previam as Ordenações do Reino português. Durante a colônia, toda a administração local cabia às Câmaras que, além disso, resolviam problemas de ordem econômica, política e administrativa nas vilas e municípios; organizavam os gastos e rendas; zelavam pela conservação dos bens públicos e pela limpeza urbana; construíam obras imprescindíveis aos municípios como pontes, ruas, estradas e prédios; estruturavam ações judiciais; instituíam regras para o funcionamento do comércio local.

A partir de 1822, com a Independência do Brasil, o grande poder acumulado pelas Câmaras Municipais diminuiu, em parte com a Constituição Política do Império do Brasil de 1824 (Título 7º, Capítulo II, Artigos de 167 a 169) e, especialmente, por meio da Lei de 1º de outubro de 1828 (Da nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz). Entre os pontos alterados, estão a fixação do mandato de vereador para quatro anos e a cadeira de presidente para o mais votado. As Vilas passaram a ter sete vereadores e as cidades nove, além do secretário. Foi neste contexto que surgiu a Câmara Municipal da Vila de Limeira.



Domenico Antonio de Siqueira Cabral, 1768 - Roma, 1831.  
Foi de Alcaide Povoal, em Alcaide Municipal de Vila Rica.  
Gravura  
Litographia Schneider et Cie. Paris, França

## Quem podia votar no século XIX?

Pela Constituição Política do Império do Brasil de 1824 (Título 4º, Capítulo VI), vigente até Proclamação da República, em 1889, tinham direito ao voto:

I. Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos políticos.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

Art. 92. São excluídos de votar nas Assembléas Parochiaes.

I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras.

II. Os filhos familias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officios publicos.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de patão branco, e os administradores das fazendas rurais, e fabricas.

IV. Os Religiosos, e quaesquer, que vivam em Comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda liquida annual com mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.

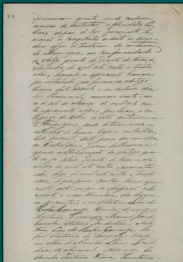
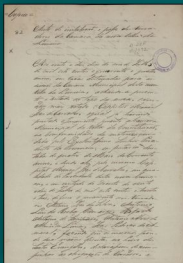


Capa de Constituição Política do Império do Brasil  
1824  
Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil

# A FUNDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DA NOVA VILA DA LIMEIRA

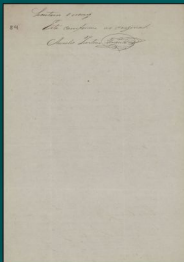
A fundação da Câmara Municipal limeirense esteve vinculada, diretamente, à elevação da freguesia à vila, o que ocorreu no ano de 1842, porém oficializada somente em 1844. Após este ato, organizou-se, rapidamente, a eleição de seus primeiros vereadores, cuja posse foi realizada no dia 22 de julho de 1844, acontecimento solene que reuniu não somente a população local, mas também a de bairros próximos e da região. Em levantamento realizado em 1842, registrou-se uma população de 3770 livres e 1920 escravos. Possuía-se também um eleitorado de cerca de 300 membros, dos quais 233 eram votantes e somente 67 com capacidade de serem elegíveis. No ato de instalação da Câmara Municipal de Limeira, o vereador mais votado foi o Capitão Manoel José de Carvalho, que, na figura de presidente, deferiu juramento e deu posse aos vereadores Antonio José da Silva, Antônio Luis da Rocha Carmago, Rafael Antonio Sampaio, Antonio Alves de Almeida

Lima, José Pedrozo do Amaral. Estes camarários ficaram no poder por apenas seis meses, já que aquele era um ano eleitoral e, portanto, era necessária uma nova eleição. Nesta, somente Antonio Alves de Almeida Lima e José Pedrozo do Amaral não foram reeleitos, tendo sido substituídos por Odorico Nunes de Oliveira e Olivério Benedito Penedo, empossados para o período de 1845 a 1848. Contudo, nesse período ainda não havia uma sede própria para a Câmara Municipal. Desde a fundação, os vereadores se reuniam em casas destinadas para as sessões, muitas vezes alugadas ou emprestadas para este fim, elemento quase que corrente nas realidades das Casas Legislativas brasileiras. Contudo, a partir de sua fundação, os edis locais passaram a pleitear um prédio próprio para a realização de seus serviços e atividades.



*Manuscript page 24 showing a document with dense handwritten text and a signature at the bottom.*

*Manuscript page 24 showing a signature: Manoel José de Carvalho*



*Antônio José da Silva  
Antonio Alves de Almeida Lima  
Rafael Antonio Sampaio  
Odorico Nunes de Oliveira  
José Pedrozo do Amaral*

# OS PRIMEIROS DESAFIOS E A BUSCA POR UMA SEDE

Com a posse da primeira formação da Câmara Municipal da Vila de Limeira, uma série de transformações passou a ocorrer no pequeno aglomerado urbano. O patrimônio doado pelo Capitão Cunha Bastos a Nossa Senhora das Dores, antes gerido pela Sociedade do Bem Comum, passava agora para supervisão da Câmara. Anteriormente, toda a renda gerada com a venda e arrendamento dos terrenos era revertida à igreja matriz. Com a formação da Casa Legislativa Limeirense e mediante autorização dada em 1847, qualquer atividade que gerasse lucros a partir da venda de terrenos localizados na paróquia de Nossa Senhora das Dores ou qualquer outra atividade que envolvesse aquele capital passou a depender da aprovação dos vereadores. Por essa razão, e conforme previa a lei de 1º de outubro de 1828, a edilidade encaminhou à Assembleia Legislativa estadual uma proposta de estabelecer uma série de

normativas para o bom desenvolvimento da Vila. A resposta veio em um ofício datado de 7 de março de 1845, estabelecendo o primeiro Código de posturas de Limeira, na forma de 44 artigos.

Porém, mesmo com uma atividade crescente, a Câmara Municipal limeirense ainda não tinha sua sede própria. Depois de diversas discussões iniciadas em

tiverse suprimido a questão judiciária e de polícia das mãos dos vereadores, em Limeira o prédio iniciado no ano de 1859 ainda tinha e s t a s características de união dos poderes em um mesmo espaço físico. Para a construção do prédio, a Câmara Municipal solicitou recursos



Câmara Velha no final do século XIX  
Diário de Notícias, 15 de setembro de 1918

junto ao governo estadual, bem como a particulares, entre eles o Alferes Joaquim Franco de Camargo (1788-1861) e José Ferraz de Campos, o Barão de Cascalho. Por mais que já estivesse funcionando desde o final de 1863, mesmo ano em que Limeira foi elevada à cidade pela Lei Provincial no. 13, de 18 de abril, a finalização da obra ocorreu somente 10 anos depois do início, em 1869. A nova Casa de Câmara e Cadeia era um sobrado edificado em taipa de pilão, de 22m por 17,6m, com as celas na parte inferior e, na superior, sala para serviços municipais e um grande salão para o plenário e sessões do Juri, medindo 18m x 7m.

O edifício marcava a paisagem urbana, estando inserido no meio de uma praça, conhecida como Largo da Cadeia e, posteriormente, Largo José Bonifácio. Nos arredores deste largo chegou também a funcionar o mercado municipal e feiras livres, antes de sua transferência para um espaço próprio no Largo da Vitória, nos idos de 1875. Neste primeiro local, a Câmara Municipal funcionou até o início do século XX, quando foi transferida para um antigo casarão na região da atual Rua Barão de Cascalho, dividindo-o com a nascente Prefeitura Municipal, ao passo em que o Fórum e a Cadeia passaram a ocupar um novo prédio construído entre os anos de 1912 e 1918, onde atualmente se encontra o Fórum "Spencer Vampré".



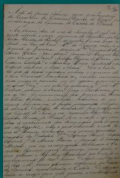
Fórum, Cadeia e Câmara, no Largo José Bonifácio  
A SACTA DE LIMEIRA, Regimento Histórico  
Limeira, Limeira-Atas Históricas, 1980, p. 66.

1845, os vereadores encamparam uma campanha para a construção de um prédio que serviria para suas reuniões, bem como para os demais serviços da administração pública da Vila, como o tribunal com seu juiz, a milícia e a cadeia. As Casas de Câmara e Cadeia, como se chamavam, eram comuns durante o período colonial e imperial brasileiro, estando localizadas, na maior parte das vezes, próximas às áreas centrais urbanas e possuíam dois pavimentos: no térreo localizavam-se a cadeia e a guarda policial e, no superior, a sala de julgamentos e o plenário dos vereadores. Por mais que a Constituição de 1824



Reconstrução do Largo da Matriz, Jardim Público e Largo da Câmara no final do século XIX  
Reprodução de desenho de Marcos Rezende, 2010

# DOIS PODERES, UM MESMO LOCAL



Ata do Senado Superior para proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil, no município de Limeira, do Estado de S. Paulo. Livro de Óbitos e Atas da Câmara Municipal de Limeira (1860-1890). Arquivo da Câmara Municipal de Limeira.

Provavelmente a partir dos anos de 1911 a Câmara Municipal mudou-se de sede. Ao que tudo indica, esta mudança estaria relacionada ao surgimento da figura do prefeito e a necessidade de um espaço separado e adequado para os escritórios e atividades do governo municipal.

Os cargos de prefeito são antigos na Província Paulista, quando foram criados pela lei provincial n° 18, de 1835, a qual regia a presença destes em cada uma das vilas de São Paulo. Contudo, este mesmo dispositivo foi revogado por meio da Lei n° 4, de 29 de janeiro de 1838, a qual devolvia o poder às Câmaras Municipais. Com o advento da República, proclamada em 1889 e que instaurava um novo modelo político-administrativo de caráter federalista no Brasil, foram criados os cargos de Intendente Municipal, chefe do poder executivo da cidade. Esta proposta de organização dava maior destaque e autonomia legal para a esfera municipal e, com isso, as Câmaras

Municipais assumiram somente o papel legislativo, cabendo ao Intendente promover o cumprimento das leis, bem como o bom governo da cidade.

Em Limeira, a figura do Intendente foi instaurada no ano de 1893, assumindo o cargo o Capitão Joaquim Maynert Kehl. Algumas vezes, os cargos de Intendente e Presidente do legislativo se confundiam, atitude modificada a partir de 1904, quando há a criação do "intendente geral" e é instituída a "intendência municipal". Em 1908, os governantes municipais passam a receber o título de prefeitos, mesmo que sua regulamentação tal qual conhecemos hoje tenha ocorrido somente com a Constituição de 1934.

Frete à nova situação política e administrativa, havia a necessidade de uma nova sede que deveria ser grande o suficiente para acolher as novas atividades republicanas. O prédio escolhido foi uma antiga residência de arquitetura sóbria e com resquícios neoclássicos construída no final do século XIX pelo médico Dr. Antonio Candido de Camargo (1864-1947).

Em 1906, o edifício sobrado foi vendido por Camargo para Agostinho Prada que, mudando-se para São Paulo

em 1911, vendeu-o para a municipalidade, instalando-se ali a Câmara Municipal e alguns setores da nova administração municipal. Ali a Casa Legislativa permaneceu até o ano de 1958, quando se mudou para um novo espaço nas imediações da Praça Toledo Barros, em prédio alugado da Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

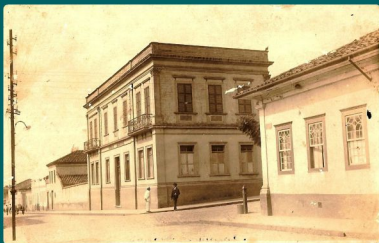
Vale apontar que próximo a este antigo casarão estava instalado um chafariz de água potável, em duas formas de distribuição e abastecimento de água durante a fase final do século XIX e início do século XX. Segundo os documentos, as questões relativas ao saneamento urbano em Limeira datam apenas do final do século XIX, tais como esgoto e coleta de águas pluviais. Isso era amparado pelos discursos em torno da higiene e limpeza das cidades, bem como o processo de modernização urbana que já ocorria em variados pontos do Brasil. Em sessão da Câmara de 26 de outubro de 1889, por exemplo, foi expedido documento acerca da contratação de um engenheiro que fizesse a planta da cidade e orçamento que servisse de norma para a verança no que se referia ao abastecimento de água. Já no ano 1899, o governo estadual passou às mãos da municipalidade as responsabilidades gerais sobre o abastecimento de águas na cidade. No período, a principal área de captação de água era o sítio do Morro Azul, passando, nos idos dos anos de 1910, para a represa do Bairro de Cascalho e, posteriormente, para a região de confluência dos Rios Jaguari e Atibaia.



Capitão Joaquim Maynert Kehl, primeiro intendente geral de Limeira. In GAZETA DE LIMEIRA, Suplemento Histórico. Limeira, Limeira Artes Gráficas, 1980, p. 26.



Câmara Municipal de Limeira. Decreto de 1906. Arquivo do Museu Histórico e Pedagógico Municipal Levy Sobrinho, Limeira, SP.



Sede da Câmara Municipal de Limeira. Decreto de 1906. Arquivo do Museu Histórico e Pedagógico Municipal Levy Sobrinho, Limeira, SP.



# SOB GETÚLIO, AS CÂMARAS DESAPARECEM



Fotografia oficial do Presidente Getúlio Vargas.  
Anos 1930

Até a década de 1930, Câmara e Prefeitura dividiam o mesmo espaço e, de algum modo, as mesmas funções. Em linhas gerais, as atribuições dos vereadores eram examinar as contas do prefeito, votar as leis do orçamento e se dedicar aos assuntos relativos aos impostos municipais; porém tais cargos eram isentos de remuneração, representando apenas prestígio social de cunho elitista.

Neste período, Limeira passou por um processo de melhorias, como aberturas de vias e construção de obras públicas, correspondendo às necessidades de uma cidade moderna que se abria para o comércio e indústria. Alguns exemplos podem ser dados, tais como a instalação da indústria de chapéus de Agostinho Prada no quintal de sua casa em 1907, local onde a Câmara se instalou em 1911, ou ainda a fundação, em 1914, da indústria Machina São Paulo, por Dr. Trajano de Barros Camargo, e que ocupou os barracões de uma antiga oficina de troyls, pertencente a Emilio Spadari, próxima ao ribeirão Tatuibi.

Em 1930, com a Revolução que culminou com um golpe de Estado que depôs o presidente da república Washington Luís e marcou o fim da República Velha (1889-1930), assumiu na forma de um "governo provisório" o gaúcho Getúlio Vargas (1882-1954), o qual permaneceu no poder por quinze anos, até 1945. Como chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgou em 11 de novembro de 1930 o decreto no 19.398, que, em linhas gerais, chamou para o executivo também as funções e atribuições dos órgãos legislativos. Com isso, dissolveram-se as Câmaras Municipais,

as Assembleias Legislativas Estaduais e o Congresso Nacional, nomeando-se interventores e juntas governistas em todos os estados e municípios brasileiros. A proposta básica era que somente um governo centrado e forte poderia promover o avanço que o país necessitava, contando,



Câmara Histórica  
Getúlio, Olé, seu Conselho, Voto, Congresso Nacional  
& Parlamento já se desmantelam  
Chargé divulgada no Revista Carta  
7 Foto de Oliveira de 1930

para isso, com o apoio do poderio militar nacional.

Em Limeira, a Câmara Municipal atuou como um conselho consultivo entre os anos de 1935 a 1937, porém os vereadores pouco conseguiram fazer nos sete anos do governo Vargas. Apesar da Constituição Nacional de 1934 reestabelecer as Câmaras Municipais, por meio do sistema de representação proporcional, em 1937 elas foram novamente extintas devido ao golpe que deu origem ao Estado Novo.

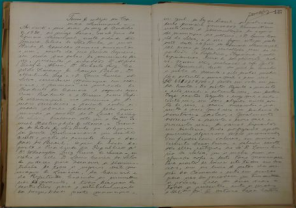
Em clima de euforia, o retorno das Câmaras Municipais ocorreu somente no ano de 1948. De volta ao prédio que dividia com a Prefeitura, foi dada posse aos seguintes vereadores, sob presidência de Breno Machado Gomes: Antenor B. S. Lázaro, Antenor Parronchi, Antonio Tenzório da Rocha, Bento Lordello, Cândido Jose Soares, Durval Alves, Ernesto Kill, Flávio de Barros Camargo, Guido Tetzner, Heitor Machado de Campos,



Prédio da Câmara Municipal, na Rua Dr. Trajano de Barros Camargo, atual Barão do Brasil

Imo Graill, Jamil Abraão Saad, José Fabri, José Rodrigues, Olindo De Lucca, Paulo Pimenta Reis, Sérgio Leopoldino Alves, Variano Marques Pereira e Vitorio Lucato.

Até o ano de 1958, a Câmara ainda ocupou o endereço da Rua Barão de Cascalho, 265. Deste ano em diante, passou para o andar superior de um prédio alugado na Praça Toledo Barros, na esquina das ruas Dr. Trajano com Senador Vergueiro. Pertencente à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, o edifício construído em meados dos anos 1940 é um exemplar da arquitetura neoclássica em Limeira, em especial por sua composição ritmada por pilastras com capitéis de ordem coríntia.



*Ata da instalação  
do Conselho Consultivo Municipal*  
O Conselho Consultivo Municipal foi instalado em 26 de outubro de 1930, no endereço da Rua Barão de Cascalho, 265, sob a presidência de Breno Machado Gomes. O Conselho é composto por sete membros, nomeados pelo Presidente da República. O Conselho tem a função de emitir pareceres sobre os projetos de lei e o orçamento municipal, além de exercer o controle financeiro da Prefeitura Municipal. A primeira reunião do Conselho ocorreu em 26 de outubro de 1930, às 10 horas da manhã, no salão de nobreza da Prefeitura Municipal. O Conselho foi instalado por meio de um ato assinado pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, em 11 de novembro de 1930.

# UMA HISTÓRIA AINDA A SE CONTAR



Dr. Trajano de Barros Camargo  
O Limeirense, 20 de junho de 1913

Por meio da Lei 1.138/69, durante a gestão do prefeito Sebastião Fumagalli, a Câmara Municipal de Limeira foi autorizada a se mudar do prédio localizado na Praça Toledo Barros para a antiga sede de uma chácara de veraneio de propriedade do coronel Flaminio Ferreira de Camargo (1837-1919), construída no final do século XIX e atualmente localizada à Praça Vereador Vitorio Bortolan Filho, 135. Neste local estava

funcionando temporariamente o Fórum, enquanto sua nova sede era construída, obra finalizada no ano de 1969.

Foi neste prédio que os vereadores adotaram Palácio Tatuíbi como nome da Casa Legislativa onde funcionava a Câmara Municipal, ato oficializado pela Lei 1.202/70, também do prefeito Sebastião Fumagalli. A escolha deste nome foi uma referência clara ao ribeirão às margens do qual a cidade de formou, bem como à tradição europeia dos palácios, espaços onde residiam os nobres e governantes e eram tomadas as decisões de cunho político. Vale ressaltar que tão forte foi esta alcunha que acabou por tornar-se referência para a própria construção da Chácara do Coronel Flaminio Ferreira, mesmo após a saída da Casa Legislativa.



Residência da Família Ferreira de Camargo  
Década de 1930

Nesta casa, Flaminio Ferreira de Camargo se mudou com sua família no ano de 1901, quando cedeu sua residência no centro de Limeira para que funcionasse o primeiro Grupo



Câmara Municipal de Limeira  
Década de 1980  
Acesso da Câmara Municipal de Limeira

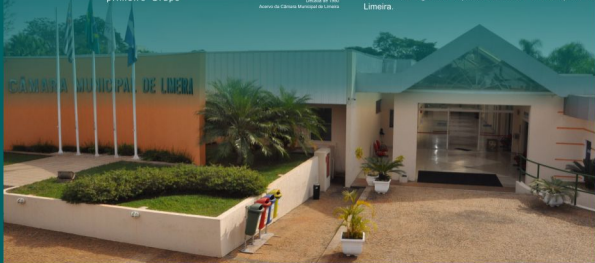
Escolar da cidade. Próxima ao Ribeirão Tatuíbi, o edifício é representante legítimo da arquitetura rural paulista do final do oitocentos no interior da cidade que o "englobou" devido ao crescimento urbano. No casarão também viveu seu filho, Dr. Trajano de Barros Camargo, e Dona Maria Tereza de Barros Camargo, com quem se casou em 10 de fevereiro de 1914. Em 1997, durante a gestão do presidente Antônio Montesano Neto, a Câmara Municipal passou a ocupar, mediante locação, o



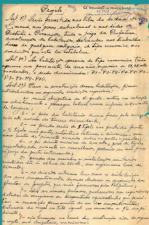
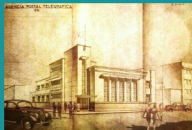
Câmara Municipal de Limeira, Edifício Notre Dame  
Década de 1990  
Acesso da Câmara Municipal de Limeira

andar térreo do Edifício Notre Dame, na Praça Dr. Luciano Esteves, 227. Neste período, em meados do ano de 2001 e tendo por presidente da Casa o vereador José Henrique Pilon, foi adquirido um novo prédio, com recursos próprios, a fim de comportar de modo mais adequado todos os setores do legislativo. Após reformas e adaptações, a atual sede da Câmara Municipal de Limeira, Palácio Tatuíbi, foi entregue à população em dezembro de 2002, iniciando-se os trabalhos no local, de maneira efetiva, a partir de janeiro 2003.

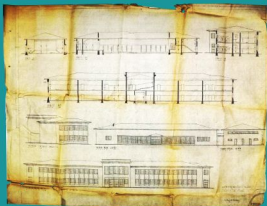
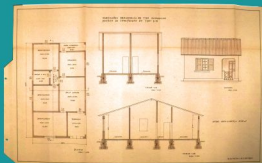
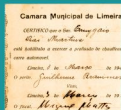
De modo algum se deve pensar que este é o final da história do legislativo limeirense. A cada dia a Câmara Municipal escreve um novo capítulo de sua existência, marcado por lutas, discussões, conquistas, desenvolvimento e, acima de tudo, de respeito pela cidade que ela ajudou a formar por meio de seus vereadores, legítimos representantes da voz do povo de Limeira.







# ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO, HISTÓRIA, E CRESCIMENTO DE LIMEIRA NO ACERVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA

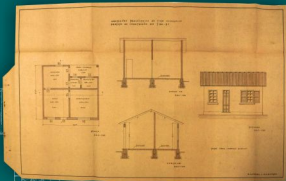
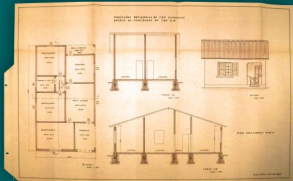


# CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES

1953



PLANTA  
360 x 150



# PROPOSTA PARA ARBORIZAÇÃO DE LIMEIRA

1948



Avenida Saude



Rua Tralartes



Avenida Praca



Santa Barbara (Faz. Pousada)



Avenida Saude



Rua Dr. Teodoro (A. A. Internacional)



Rua Santa Cruz (Colégio Rodolpho)



Avenida Campos



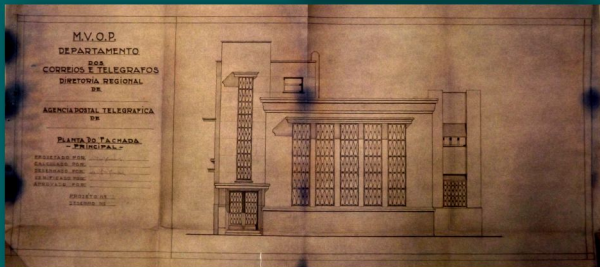
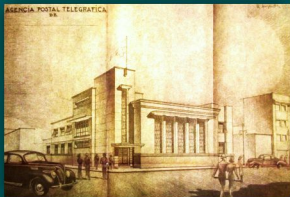
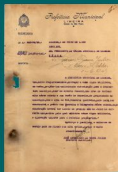






# CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

1949



# REGISTROS DE CARTEIRA DE HABILITAÇÃO

Final do Século XIX/Início do Século XX

